

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CÁLAMO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE BELEZA S.A.

Pelo presente instrumento particular, na qualidade de emissora,

CÁLAMO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE BELEZA S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com sede na Avenida Dario Lopes dos Santos, n.º 2.197, torre A, Rebouças, CEP 80210-010, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 06.147.451/0011-04, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Paraná ("JUCEPAR"), sob o NIRE 41.300.072.108, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

e, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, CEP 22640-102, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

vêm por esta celebrar, na melhor forma de direito, o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Cálamo Distribuidora de Produtos de Beleza S.A." ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA EMISSÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da (i) Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 09 de setembro de 2014 ("AGE"), na qual foram deliberadas (a) a aprovação da Emissão, incluindo seus termos e

condições, conforme o disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e (b) a aprovação da Oferta Restrita (conforme definida abaixo), incluindo os seus termos e condições, conforme o disposto na Lei n.º 6.385, de 7 de setembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.385/76") e na Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476").

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1 Dispensa de Registro na CVM e Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.1. A oferta pública de distribuição das Debêntures será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta Restrita"), estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 6º da Instrução CVM 476 e o artigo 19 da Lei 6.385/76.

2.1.2. Nos termos do inciso I, do parágrafo primeiro e do parágrafo segundo, ambos do artigo primeiro, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em vigor desde 3 de fevereiro de 2014 ("Código ANBIMA"), a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada exclusivamente com o intuito de envio de dados para a base de dados da ANBIMA, desde que a ANBIMA tenha divulgado a forma pela qual esse registro deverá ser feito até o comunicado de encerramento da Oferta Restrita ("Comunicação de Encerramento").

2.2 Arquivamento na JUCEPAR e Publicação da Ata da AGE

2.2.1. A ata de AGE que deliberou sobre a Emissão e a Oferta Restrita foi arquivada na JUCEPAR e publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal Folha de Londrina, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3 Arquivamento desta Escritura de Emissão na JUCEPAR

2.3.1. Esta Escritura de Emissão foi e eventuais aditamentos serão protocolados para registro na JUCEPAR em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva assinatura, de acordo com o artigo 62, inciso II, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser entregues cópias dos protocolos dos respectivos pedidos de registro ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do efetivo protocolo.

2.3.2. Após a realização dos registros mencionados no item 2.3.1. acima deverá ser entregue ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do respectivo documento registrado no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do efetivo registro.

2.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente na CETIP.

2.4.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), também administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição e as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente na CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.3. Não obstante o disposto no item 2.4.2. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido no item 4.5.2. abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos contados da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e observado ainda o cumprimento, pela Emissora, das obrigações dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Série

A Emissão será realizada em uma única série.

3.2. Valor Total da Emissão

Na Data de Emissão (conforme definido abaixo), o valor total da Emissão será de R\$420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais) (“Valor Total da Emissão”).

3.3. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 700 (setecentas) Debêntures.

3.4. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao pagamento integral das notas promissórias comerciais da 3ª (terceira) emissão da Emissora emitidas em 28 de março de 2014, com valor total de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), e ao reforço do capital de giro da Emissora.

3.5. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social:

- a) o comércio e distribuição por atacado e comércio eletrônico/virtual de perfumaria, cosméticos, produtos de higiene pessoal, saneantes e domissanitários;
- b) a comercialização, inclusive o comércio eletrônico/virtual de roupas e acessórios de vestuários em geral, roupa de cama, mesa e banho, papel, livros, impressos de todos os tipos, material didático e de desenho, cadernos, jogos, fitas de vídeo, CDs, artigos e utensílios de uso pessoal, eletrônicos, utensílios domésticos, matéria plástica e têxtil em geral;
- c) a exportação de perfumaria, cosméticos, produtos de higiene pessoal, saneantes, domissanitários, acessórios de vestuários em geral, roupa de cama, mesa e banho, móveis, materiais de construção e materiais elétricos;
- d) a participação em outras sociedades, empresarias ou simples, nacionais ou estrangeiras como sócia, quotista ou acionista;
- e) o fornecimento de carga para cartão presente (vale presente) por conta e ordem de terceiro;
- f) atividade de teleatendimento; e
- g) o comércio varejista de produtos de perfumaria, cosméticos, produtos de higiene pessoal, saneantes e domissanitários.

3.6. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a 2ª (Segunda) Emissão em série única de Debêntures da Emissora.

3.7. Escriturador Mandatário e Banco Liquidante



O banco liquidante da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., com sede à Cidade de Deus, s/n.º, Vila Yara, CEP 06029-900, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948.0001-12 ("Banco Liquidante da Emissão") e o escriturador mandatário será o Banco Bradesco S.A., acima qualificado ("Escriturador Mandatário").

3.8. Imunidade ou Isenção de Debenturistas

Caso os Debenturistas gozem de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, estes deverão encaminhar ao Banco Liquidante da Emissão, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter desconto dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto da Oferta Restrita, a qual será realizada sob regime de melhores esforços de colocação da totalidade das Debêntures com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A., na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta Restrita ("Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, sob Regime de Melhores Esforços, da 2ª (segunda) Emissão da Cálamo Distribuidora de Produtos de Beleza S.A." ("Contrato de Distribuição").

4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, nos termos do item 4.1.3 abaixo, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados. Adicionalmente, fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da Instrução CVM 476.

4.1.3. O público alvo da Oferta Restrita será composto por investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita,

Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Investidores Qualificados").

4.1.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.

4.1.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, bem como de acordo com o Plano de Distribuição.

4.1.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, entre outros, estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e poderá vir a ser registrada, conforme aplicável, na ANBIMA, (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições, e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora.

4.1.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.8. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 18 de setembro de 2014 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na respectiva Data de Emissão, será de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP o extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

4.5. Espécie

4.5.1. Nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, as Debêntures são da espécie quirografária.

4.6. Prazo, Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido de prêmio correspondente a R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais) ("Prêmio"), totalizando o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por Debênture na data de subscrição e integralização, sendo certo que todas as Debêntures serão subscritas e integralizadas em uma única data.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.7. Data de Vencimento

4.7.1. Para todos os efeitos legais, a data de vencimento das Debêntures será o dia 30 de junho de 2017 ("Data de Vencimento"), data em que serão pagos o saldo do Valor Nominal Unitário e a última parcela tanto dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) quanto da Participação nos Lucros (conforme definido abaixo) devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

4.8. Amortização

4.8.1. O Valor Nominal Unitário não será objeto de atualização monetária e será amortizado em 6 (seis) parcelas, nos percentuais e datas previstos abaixo, observado o disposto no item 4.18., (cada data de pagamento do principal, uma "Data de Pagamento do Principal"):

Nº. Parcela	Data de Pagamento do Principal	Percentual de Amortização sobre o Valor Nominal Unitário (%)
1	22 de dezembro de 2014	8,0000

2	30 de junho de 2015	8,0000
3	22 de dezembro de 2015	8,0000
4	30 de junho de 2016	8,0000
5	22 de dezembro de 2016	8,0000
6	30 de junho de 2017	saldo do Valor Nominal Unitário
Total:		100,00

4.9. Remuneração

4.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será objeto de atualização monetária.

4.9.2. Juros Remuneratórios. Cada Debênture renderá juros remuneratórios incidentes, a partir da Data de Integralização sobre o seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário respectivo, correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, “*over extra grupo*”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de uma sobretaxa (“Spread”) de 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula abaixo (“Juros Remuneratórios”).

4.9.3. Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

4.9.4. O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VN \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

$FatorJuros$ = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de $spread$, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \cdot FatorSpread)$$

onde:

$FatorDI$ = produtório das Taxas DI-Over, desde a data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

K = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até n;

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$FatorSpread$ = sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{N}{252}} \right]$$

onde:

$spread$ = 1,200 (um inteiro e vinte centésimos); e

N = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e da data de cálculo, sendo " N " um número inteiro.

Observações:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.5. O período de capitalização dos Juros Remuneratórios ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, exclusive e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, inclusive, e termina na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios.

4.9.6. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração dos Juros Remuneratórios, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.9.6.1. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis, após a data esperada para apuração e/ou divulgação, e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, a

Emissora e os Debenturistas decidirão, em Assembleia Geral de Debenturistas, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de Juros dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e os Debenturistas, a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em circulação ("Aquisição Compulsória"), no prazo mínimo de 30 (trinta) dias corridos após o recebimento de notificação dos Debenturistas, pelo Valor de Liquidação Antecipada (conforme definido no item 4.13.8.1 abaixo). As Debêntures adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo do Valor de Liquidação Antecipada, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9.6.2. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.9.7. Caso a Taxa DI volte a ser apurada/divulgada e/ou sua utilização volte a ser permitida antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.6.1. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 4.9.7., a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.8. Os Juros Remuneratórios serão pagos, nos dias 30 de junho e 22 de dezembro de cada ano, a partir da Data de Emissão, sendo que o primeiro pagamento será realizado no dia 22 de dezembro de 2014 ("Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios").

4.9.8.1. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios.

4.9.8.2. Participação nos Lucros. Cumulativamente aos Juros Remuneratórios, os Debenturistas farão jus a uma participação nos lucros da Emissora correspondente a um percentual do EBITDA (conforme definido abaixo) auferido pela Emissora, cujas contas de sua composição, quando se referirem (a) às demonstrações financeiras de final de exercício social, terão seus números auditados pelos auditores independentes da Emissora ("EBITDA Cálculo Anual") e, quando se referirem (b) às informações financeiras semestrais, serão calculadas pela Emissora, com base em balancetes preparados pela área contábil da Emissora, observado o disposto no inciso (x) do item 5.1. abaixo ("EBITDA Cálculo Período"), dividido pelo número total de Debêntures equivalente a: (i) 35% (trinta e cinco por cento) para o resultado relativo ao período de setembro de 2014 a novembro de 2014; (ii) 35% (trinta e cinco por cento) para o

resultado relativo ao período de dezembro de 2014 a maio de 2015; (iii) 26% (vinte e seis por cento) para o resultado relativo ao período de junho de 2015 a novembro de 2015; (iv) 26% (vinte e seis por cento) para o resultado relativo ao período de dezembro de 2015 a maio de 2016; (v) 21% (vinte e um por cento) para o resultado relativo ao período de junho de 2016 a novembro de 2016; e (vi) 21% (vinte e um por cento) para o resultado relativo ao período de dezembro de 2016 a maio de 2017 ("Participação nos Lucros" e, em conjunto com os Juros Remuneratórios, "Remuneração").

4.9.8.3. Para fins de apuração da Participação nos Lucros:

- (i) entende-se por "EBITDA" o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, nos termos da Instrução da CVM n.º 527, de 04 de outubro de 2012, conforme alterada ("Instrução CVM 527"), excluídos os resultados de equivalência patrimonial das controladas e/ou coligadas da Emissora;
- (ii) na hipótese da Emissora apurar EBITDA ou lucro líquido igual a zero ou negativo durante algum dos semestres civis utilizados como base para cálculo da Participação nos Lucros, não será devido o pagamento da referida Participação nos Lucros para tal período, assim como tal resultado não será compensado com resultados positivos futuros.

4.9.8.4. Caso (a) a Emissora verifique, quando da elaboração das demonstrações financeiras auditadas de encerramento de exercício social da Emissora, divergências com relação aos números utilizados para composição do cálculo do EBITDA Cálculo Período, e (b) os valores pagos pela Emissora aos Debenturistas relativos à Participação nos Lucros sejam inferiores ou superiores aos valores que seriam pagos caso os números utilizados fossem aqueles com base nas demonstrações financeiras anuais auditadas, tal diferença deverá ser paga ou descontada na Data de Pagamento da Participação nos Lucros subsequente (conforme abaixo definida).

4.9.8.5. A Participação nos Lucros será paga, na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, sendo o primeiro pagamento realizado no dia 22 de dezembro de 2014 (cada uma, uma "Data de Pagamento da Participação nos Lucros").

4.10. **Repactuação**

4.10.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. **Aditamento à Presente Escritura de Emissão**

4.11.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pelas partes e posteriormente arquivados na JUCEPAR.

4.12. Resgate Antecipado

4.12.1. As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, na hipótese de: (i) modificações na legislação tributária vigente; (ii) incidência de novos tributos de qualquer natureza sobre as Debêntures; (iii) aumento de mais de 5% (cinco por cento) das alíquotas e/ou valores dos tributos já incidentes; ou (iv) incidência de regulamentação que venha a alterar a liquidez do Sistema Financeiro Nacional ("Resgate Antecipado").

4.12.2. O Resgate Antecipado somente poderá ocorrer, observado item 4.12.1 e mediante publicação de comunicação dirigida à totalidade dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula Dez desta Escritura de Emissão ("Comunicação de Resgate") com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis da data do efetivo Resgate Antecipado a ser implementado pela Emissora ("Data de Resgate Antecipado"). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil. Para todos os fins de direito, a CETIP deverá ser comunicada acerca do Resgate Antecipado, total, por meio de correspondência a ser encaminhada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

4.12.3. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (a) a Data de Resgate Antecipado; (b) que o Resgate Antecipado será total; (c) o valor do prêmio de resgate, caso exista; e (d) a menção de que o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor de Liquidação Antecipada, não sendo devidos neste caso Multa e Juros Moratórios, conforme previsto no item 4.15., desde que o pagamento ocorra na Data de Resgate Antecipado.

4.12.4. O pagamento do valor a ser resgatado deverá ser realizado pela Emissora no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da comunicação enviada ao Agente Fiduciário informando tal evento, sendo certo que todas as Debêntures serão liquidadas em uma única data.

4.12.5. As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2 a 4.13.5 abaixo, as Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora o pagamento do Valor de Liquidação Antecipada das Debêntures em Circulação, a partir de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial na ocorrência das seguintes hipóteses (cada uma, um "Evento de Vencimento Antecipado"):

- (a) não pagamento, nos prazos estipulados nesta Escritura de Emissão, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, e em especial àquelas referentes ao pagamento do principal, Juros Remuneratórios, Participação nos Lucros e demais encargos pactuados nas Debêntures;
- (b) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento pela Emissora de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (c) protesto de títulos contra a Emissora, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou equivalente em outras moedas, salvo se no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do referido protesto, (a) seja validamente comprovado pela Emissora que o(s) protesto(s) foi/foram efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros; e/ou (b) for/forem cancelado(s);
- (d) não pagamento, na data de vencimento original, ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou equivalente a outras moedas, observados os seus respectivos prazos de cura;
- (e) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, em valor agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos da data estipulada ao final da execução de sentença para pagamento, ressalvada a suspensão da sentença por meio de ação rescisória ou prazo diverso estipulado na referida decisão ou sentença judicial;
- (f) não observância pela Emissora da relação entre Dívida Líquida da Emissora e EBITDA consolidado da controladora da Emissora do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano (calculado nos termos da Instrução CVM 527) menor que

2,5 vezes. Os índices e limites financeiros serão apurados a partir das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora e calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações e nos procedimentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), a serem verificados anualmente, ao término de cada ano civil, a partir de 31 de dezembro de 2014, inclusive, e com base no EBITDA consolidado da controladora da Emissora do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano ("Índices Financeiros"). Para os fins deste item considera-se como "Dívida Líquida Financeira" a Dívida da Emissora e das suas subsidiárias em base consolidada menos o caixa e aplicações financeiras, medidos a partir de 31 de dezembro de 2014. "Dívida" significa o somatório de (a) todas as obrigações da Emissora por fundos tomados em empréstimos e financiamentos bancários, (b) todas as obrigações da Emissora evidenciadas por títulos, debêntures, notas, contratos derivativos (e que não sejam celebrados para fim de proteção de flutuação de taxas de juros, moedas ou inflação), ou instrumentos similares; (c) todas as obrigações relativas a arrendamentos mercantis da Emissora;

- (g) pedido por parte da Emissora de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, se a Emissora formular pedido de autofalência;
- (h) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela Emissora ou contestado no prazo de 30 (trinta) dias corridos;
- (i) se houver a incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária da Emissora, neste último caso, que resulte em alteração de seu controle acionário, exceto se previamente aprovado pelos Debenturistas;
- (j) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Emissora;
- (k) alienação, transferência ou alteração de controle da Emissora, sem prévia aprovação dos titulares das Debêntures;
- (l) deliberação de redução de capital social ou amortização ou resgate de ações da Emissora por seus respectivos acionistas, antes da Data de Vencimento, sem a prévia anuência dos Debenturistas, nos termos previstos no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

- (m) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora, ressalvado o pagamento de dividendo mínimo obrigatório previsto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja inadimplente com as suas obrigações referentes às Debêntures;
- (n) transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas;
- (o) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, que possa alterar o ramo de negócios atualmente explorado pela Emissora; e
- (p) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.

4.13.2. As referências a "controle" encontradas nesta Cláusula deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

4.13.3. Os valores mencionados nas alíneas (c), (d) e (e) do item 4.13.1 acima serão corrigidos, a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado ("IGP-M"), calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

4.13.4. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) ocorrendo qualquer dos eventos previstos nas alíneas (a), (d), (g), (h), (j), (n) e (p) do item 4.13.1 acima, a data de vencimento antecipado das Debêntures será a data em que o Agente Fiduciário tomar ciência do fato e imediatamente declarar o vencimento antecipado das Debêntures, por meio de comunicação enviada à Emissora, nos termos da Cláusula Dez abaixo; e (ii) ocorrendo os eventos previstos nos incisos (b), (c), (e), (f), (i), (k), (l), (m) e (o) do item 4.13.1 acima, a data de vencimento antecipado das Debêntures será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas, se tal Assembleia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.13.5. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (d), (g), (h), (j), (n) e (p) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta ao respectivo Debenturista, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora. Na ocorrência dos demais eventos previstos no item 4.13.1 acima, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar ciência do evento, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre o eventual Vencimento Antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere

este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de publicação do edital relativo à primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data de publicação do edital relativo à segunda convocação, se aplicável, sendo que, na hipótese de segunda convocação o edital deverá ser publicado no primeiro Dia Útil imediatamente posterior à data indicada para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas nos termos da primeira convocação.

4.13.6. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.13.5 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previsto na Cláusula Oitava desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, desde que por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.13.7. A não instalação da referida Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quórum será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas pela declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.13.8. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor de Liquidação Antecipada, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula Dez desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.15 abaixo.

4.13.8.1. Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se "Valor de Liquidação Antecipada" a soma entre o Valor de Curva e o Valor de Ajuste, sendo:

(a) "Valor de Curva": o saldo do Valor Nominal Unitário agregado das Debêntures, acrescido da Remuneração calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização (inclusive), ou da data do último pagamento dos Juros Remuneratórios (inclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, nos termos desta Escritura de Emissão (exclusive). O saldo aferido acima será acrescido dos Encargos Moratórios, para fins do cálculo do Valor de Curva, na hipótese de vencimento antecipado. Nesse sentido, nas hipóteses de: (i) Resgate Antecipado, previsto no item 4.12 ou (ii) Oferta de Resgate Antecipado, prevista na Cláusula 4.14.1 não serão considerados os encargos constantes na cláusula 4.15 da presente Escritura de Emissão para fins do cálculo do Valor de Curva.

(b) "Valor de Ajuste": significa (i) o montante de R\$280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões), devidamente corrigido pela Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Data de Integralização (inclusive) até a data do efetivo pagamento nos termos desta Escritura de Emissão (exclusive), deduzido de (ii) todos os valores pagos pela Emissora aos Debenturistas a título de Participação nos Lucros desde a Data de Integralização (inclusive) até a data do efetivo pagamento nos termos desta Escritura de Emissão (inclusive), devidamente corrigidos pela Taxa DI, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a data de recebimento de cada Participação nos Lucros pelos Debenturistas (inclusive) até a data do efetivo pagamento nos termos desta Escritura de Emissão (exclusive); sendo certo que, caso a apuração do Valor de Ajuste resulte em um valor negativo, o Valor de Ajuste deverá ser desconsiderado para fins de apuração do Valor de Liquidação Antecipada.

4.13.8.2. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata o item 4.13.8. acima, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

4.14. Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures

4.14.1. Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar ou não a Oferta de Resgate Antecipado (conforme aqui definida), nos termos do artigo 55, parágrafo segundo da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado").

4.14.1.1. A Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida à totalidade dos Debenturistas, a ser amplamente divulgada nos termos desta Escritura de Emissão, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização da Oferta de Resgate Antecipado ("Comunicação de Resgate Antecipado"), que deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) a data efetiva para o resgate e o pagamento das Debêntures a serem resgatadas ("Data de Resgate Antecipado das Debêntures"); e (b) demais informações necessárias para operacionalização da Oferta de Resgate Antecipado. A data da Oferta de Resgate Antecipado deverá ser obrigatoriamente 1 (um) Dia Útil, sendo que a CETIP deverá ser comunicada com 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.



4.14.1.2. Na Comunicação da Oferta de Resgate Antecipado deverão constar os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) a Data de Resgate Antecipado das Debêntures; (ii) se o resgate será total ou parcial, observadas, nesta hipótese, as regras previstas na Cláusula 4.14.1.4 abaixo; (iii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iv) a menção de que o valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será equivalente ao Valor de Liquidação Antecipada; (v) o procedimento para o exercício da aceitação da Oferta de Resgate Antecipado; (vi) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação de um percentual mínimo de Debenturistas; e (vii) quaisquer outras informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado.

4.14.1.3. Após a publicação da Comunicação de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar, nos termos da Comunicação de Resgate Antecipado, à Emissora até o encerramento do prazo a ser estabelecido na Comunicação de Resgate Antecipado, findo o qual, a Emissora terá o prazo de 7 (sete) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures serão resgatadas/liquidadas em uma única data.

4.14.1.4. Caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado parcial de Debenturistas representando um volume maior de Debêntures das que poderão ser resgatadas, com base na Comunicação de Resgate Antecipado, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que o sorteio será coordenado pelo Agente Fiduciário. Neste caso, serão adotados os procedimentos estabelecidos pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.14.1.5. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante da Emissão, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.14.1.6. As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.15. Multa e Juros Moratórios



4.15.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, a impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas acarretará a incidência sobre os valores devidos em atraso independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, desde a data da inadimplência (excluindo) até a data do efetivo pagamento (incluindo), de (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês (além dos Juros Remuneratórios), calculado *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até o efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

4.16. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

4.16.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.15. acima, o não comparecimento dos Debenturistas para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhes dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou encargos moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora aos Debenturistas, sendo-lhes, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

4.17. Forma e Local de Pagamento

4.17.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pelo Escriturador Mandatário das Debêntures ou na sede da Emissora, se for o caso.

4.18. Prorrogação dos Prazos

4.18.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.19. Publicidade

4.19.1. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão e da Oferta Restrita ~~que~~ de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, poderão ser veiculados no Diário Oficial do Estado do Paraná e no jornal "Folha de Londrina". A publicação do referido aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por notificação aos Debenturistas por escrito, no endereço indicado na Cláusula Dez desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

5.1. a Emissora está obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo de até 1 (um) Dia Útil após o que ocorrer primeiro entre o 90º (nonagésimo) dia contado do término de cada exercício social e a data da efetiva divulgação, (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, relativas ao exercício social então encerrado, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as regras da CVM, acompanhadas do relatório da administração e parecer dos Auditores Independentes; (b) relatório contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento dos Índices Financeiros elaborado pela Emissora, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção destes, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, e de declaração assinada por representantes legais da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Emissão; e (c) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de Evento de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;
- (ii) no prazo de até 1 (um) Dia Útil após o 30º (trigésimo) dia contado do término do semestre encerrado em 30 de junho de cada exercício social: (i) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao 1º (primeiro) semestre do exercício social então corrente, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as regras da CVM;

- (iii) no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, qualquer informação relevante que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário com relação à Emissora ou, ainda, de interesse dos Debenturistas;
- (iv) confirmar, quando solicitado, ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão; e
- (v) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais da Emissora, que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM nº. 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada, ("Instrução CVM 480") ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no terceiro Dia Útil após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (b) atender de forma eficiente às solicitações dos Debenturistas;
- (c) convocar, nos termos da Cláusula Oitava abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer matéria que, direta ou indiretamente, se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (d) informar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis sobre a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- (e) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (f) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (g) notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela no *website* da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;

- (h) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, principais e acessórias, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (i) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os Debenturistas;
- (j) cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (k) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante da Emissão, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e o sistema de negociação no mercado secundário por meio do CETIP21;
- (l) arcar com todos os custos decorrentes da distribuição e manutenção das Debêntures, incluindo, mas não se limitando a: (i) todos os custos relativos ao registro na CETIP; e (ii) com o registro dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora e respectiva publicação, se necessário;
- (m) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (n) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (o) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (p) atender integralmente às obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, incluindo, mas sem qualquer limitação;



- i. preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
 - ii. submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
 - iii. divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - iv. manter os documentos mencionados no inciso (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - v. observar as disposições da Instrução CVM nº. 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - vi. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário;
 - vii. fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (q) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (r) prestar informações aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da respectiva solicitação, sobre qualquer autuação realizada no montante mínimo no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), por autoridades governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa de concorrência, entre outras, em relação à Emissora;
- (s) cumprir rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e

corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a Emissora, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

- (t) notificar, em até 01 (um) Dia Útil, o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;
- (u) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (v) notificar em até 01 (um) Dia Útil os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes;
- (w) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº. 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28"), conforme alterada, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) Dias Úteis antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social; e
- (x) utilizar da boa-fé para a elaboração de seus balancetes semestrais, bem como para a realização do cálculo do EBITDA Cálculo Período.

5.2. Até o pagamento integral dos valores devidos aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, a Emissora não poderá, sem a concordância prévia, expressa e por escrito dos Debenturistas, praticar qualquer dos seguintes atos:

- (a) realizar operações fora do seu objeto social ou do curso normal dos seus negócios, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (b) praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o

pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
e

- (c) emitir partes beneficiárias, conforme previsto nos artigos 46 ao 51 da Lei das Sociedades por Ações.

5.3. As despesas a que se referem os itens acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (c) notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- (d) despesas com viagem, *conference calls* e contatos telefônicos, estadias, transportes e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, observado que o Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas pela Emissora se realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente;
- (e) despesas com especialistas, tais como assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures; e
- (f) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.3.1. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos

Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais em ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES NA ESCRITURA DE EMISSÃO

6.1. Qualquer alteração aos termos das Debêntures deverá ser acordada expressamente pela Emissora e pelos Debenturistas e um aditamento a esta Escritura de Emissão deverá ser firmado entre as Partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

7.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no

artigo 10 da Instrução CVM 28;

- (g) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- (h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (i) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº. 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (j) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (k) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto;
- (l) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro; e
- (m) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora ("Primeira Emissão da Emissora"), com vencimento em 31 de março de 2016, em que foram emitidas 500 (quinhentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$325.000.000,00 (trezentos e vinte e cinco milhões de reais). Até a presente data foram verificados eventos de amortização e não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da Primeira Emissão da Emissora não possuem garantias, conforme previsto na respectiva escritura de emissão.

7.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição ou, caso ainda restem obrigações inadimplidas da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas.

7.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e desta Escritura de Emissão, uma remuneração de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), em parcelas anuais, sendo o primeiro pagamento devido até o 30º (trigésimo) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e os demais, no mesmo dia dos anos subsequentes ("Remuneração do Agente Fiduciário").

7.4.1. A Remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: IR (Imposto de Renda); ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza); PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes na data do efetivo pagamento.

7.4.2. As parcelas citadas no item 7.4.1. supra serão reajustadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M, ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

7.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.4.4. As remunerações serão devidas mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

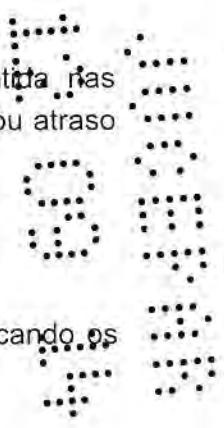
7.4.5. O pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

7.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;



- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEPAR. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerçam suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios anuais destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

- 
- a. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contra as informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g. relação dos bens e valores entregues à administração do Agente Fiduciário;
 - h. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - i. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28:
 - (i) denominação da companhia ofertante;
 - (ii) valor da emissão;
 - (iii) quantidade de debêntures emitidas;
 - (iv) espécie;
 - (v) prazo de vencimento das debêntures;

- (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
- (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- j. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (l) divulgar as informações referidas na alínea "i" do item (i) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (m) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
 - a. na sede da Emissora;
 - b. na sede do Agente Fiduciário;
 - c. na CVM;
 - d. na CETIP; e
 - e. na sede do Coordenador Líder.
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;
- (p) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e

todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

- (q) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 2.2. acima, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis da data em que tomou ciência do evento a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (s) disponibilizar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado através de sua central de atendimento e/ou *website*, o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, o qual será acompanhado pela Emissora;
- (t) acompanhar com o Banco Liquidante em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão; e
- (u) acompanhar a manutenção dos Índices Financeiros, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, e informar imediatamente os titulares de Debêntures de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros.

7.6. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico, exceto pela verificação da regular constituição dos referidos documentos, conforme previsto na Instrução CVM 28, e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para basear suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

7.7 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da presente Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

7.8 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criam responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

7.9 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato cuja decisão seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas por estes. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

7.10 O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

7.11 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora;

7.11.1 O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.13. desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) do item 7.10 acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a

deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) acima.

7.12 Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a mesma, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não resultará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

7.12.1 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

7.12.2 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.12.3 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração paga ao Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

7.12.4 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

7.12.5 A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.11 acima.

7.12.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.19. acima.

7.12.6 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA OITAVA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

8.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas, nos termos do parágrafo segundo, do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

8.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, nos termos do parágrafo terceiro, do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

8.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, nos termos do parágrafo sexto, do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

8.6. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Oitava, serão consideradas Debêntures em circulação ("Debêntures em Circulação") todas as Debêntures em Circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.



8.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.

8.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos demais Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.10. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, inclusive: (i) com relação a alterações nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não apresentem outro quórum específico; (ii) alteração e/ou renúncia a qualquer das hipóteses vencimento antecipado estabelecidas no item 4.13. acima; (iii) modificação dos quóruns de deliberação estabelecidos nesta Cláusula Oitava; (iv) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta; (v) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sétima; e/ou (vi) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula Oitava.

8.11. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) a Data de Pagamento da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; e/ou (v) constituição de garantia.

8.12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

8.13. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA NONA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

9.1 A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à Emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a Emissão e a Oferta Restrita não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (aa) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (bb) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (cc) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (f) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.4. desta Escritura de Emissão;

- (g) está cumprindo, todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (h) exceto por aqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras ou de outra forma informados por escrito à totalidade dos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário, a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;
- (i) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão em relação à Emissora e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes em todos os aspectos relevantes;
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (l) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (m) não é necessária autorização regulatória para celebração desta Escritura de Emissão e para realização da Emissão e da Oferta Restrita;
- (n) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente;
- (o) está, assim como suas controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto

por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, cujo descumprimento não tenha um efeito adverso relevante na Emissora;

- (p) possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, aplicáveis ao regular exercício de suas atividades; e
- (q) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;

CLÁUSULA DEZ – DAS NOTIFICAÇÕES

10.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

CÁLAMO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE BELEZA S.A.

Avenida Dario Lopes dos Santos, n.º 2.197, torre A - Rebouças

Curitiba, PR – CEP: 80.210-010

At.: Sr. Luiz Lemos Meira

Telefone: (41) 3406-7353

Correio Eletrônico: luizm@grupoboticario.com.br

G OperacoesFinanceiras@grupoboticario.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304 – Barra da Tijuca

Rio de Janeiro, RJ – CEP 22640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: operacional@pentagonotruster.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A. Cidade de Deus, s/n, º, Vila Yara

Osasco, SP – CEP 06029-900

At.: Sra. Pérsia Alves Gonçalves de Barros
Telefone: (11) 3684-9444
Correio Eletrônico: 4010.persia@bradesco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar – Jardim Paulistano
São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br



10.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA ONZE – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

11.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal

julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

11.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

CLÁUSULA DOZE – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

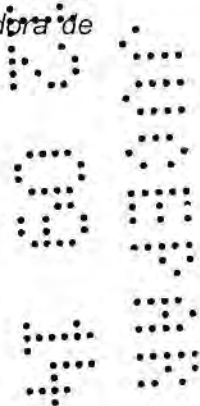
E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 2 (duas) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 10 de setembro de 2014

[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco.]

Página de assinaturas 1/2 do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Cálamo Distribuidora de Produtos de Beleza S.A."

CÁLAMO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE BELEZA S.A.

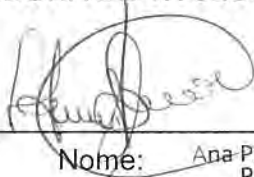


Nome:
Cargo: **Fernando Magalhães Modé**
R.G. nº 9.923.281-1 / SSP/PR
CPF/MF nº 160.269.788-44

Nome:
Cargo: **Andrea Oliveira Mota**
R.G. nº 3.339.363-02 / SESP/BA
CPF/MF nº 489.616.555-15

Página de assinaturas 2/2 do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Cálamo Distribuidora de Produtos de Beleza S.A."

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome: Ana Paula de Oliveira
Procuradora
RG: 28.306.958-2
CPF: 216.001.828-79

Testemunhas:



Nome: LUIZ LEMOS MEIRA
CPF: RG Nº 4.344.824-2/SSP/PR
RG: CPF Nº 691.078.459-91



Nome: VITOR DA SILVA
CPF: 658.034.859-34
RG: 2.274.305-7